

Apoios Financeiros / Entidades

24. Propostas de atribuição de apoios financeiros/Entidades.

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros às seguintes entidades:

- a) **Centro Comunitário de S. Martinho de Dume**, no valor de **30.000,00€**, para aquisição de equipamentos de natureza social e construção de zona de lazer no referido Centro Comunitário, de acordo com a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e as alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo F-1/3.º e artigo F-1/5.º do Código Regulamentar do Município de Braga.
- b) **Universidade do Minho**, no valor de **3.000,00€**, destinado às Comemorações do Centenário Dr. Francisco Salgado Zenha, ao abrigo do nº 1 e das alíneas d) e e), nº 2 do artigo 23º e alínea o) do nº 1 do artigo 33º da lei nº 75/2023 de 12 de setembro.

Assunto: Centro Comunitário de São Martinho de Dume | pedido de apoio

PROPOSTA:

Considerando:

- A importância da atividade do Centro Comunitário de Dume, Instituição Particular de Solidariedade Social, no contexto em que se encontra inserido, disponibilizando respostas à comunidade local ao nível de respostas nas valências de infância e da terceira idade;
- A importância da promoção de serviços de apoio capazes de dar resposta, de uma forma próxima, qualificada e humanizada, às necessidades e expectativas das famílias;
- Que as respostas às necessidades de populações devem ser concretizadas através de parcerias locais envolvendo as várias instituições representativas e intervenientes na comunidade local;
- A importância e proficuidade da estreita cooperação entre as autarquias locais e as organizações da sociedade civil que prosseguem objetivos de cariz social como este que, aqui, se evidencia;
- O disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, segundo a qual compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social;
- O disposto nas alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, que alude ao apoio pelo Município de Braga às entidades que pretendam concretizar obras de construção, conservação ou beneficiação de instalações, consideradas essenciais ao desenvolvimento normal das suas atividades, porquanto a Instituição pretende construir um parque sensorial e adquirir equipamentos de natureza social e recreativa, com vista à promoção do bem-estar físico e mental dos seus utentes;
- Que o Centro Comunitário de Dume se encontra devidamente registado no RECAM sob o número 375/2020.

Coloca-se à consideração propor que o Executivo Municipal delibere no sentido da atribuição de um apoio financeiro de € 30.000 requerido pelo Centro Comunitário de Dume.

O Chefe de Divisão

Pedido de Parecer recebido via email em 03/04/2023

Assunto: Apoio para a Universidade do Minho

I. ENQUADRAMENTO FÁCTICO

Em 30 de março de 2023, a Escola de Direito da Universidade do Minho, através da sua Presidente, Professora Doutora Cristina Dias, enviou ao Município um convite para aderir às Comemorações do Centenário Dr. Francisco Salgado Zenha, solicitando ainda um patrocínio ao Município para custear algumas despesas alusivas à efeméride, com o seguinte teor:

“A Escola de Direito da Universidade do Minho comemora, neste ano de 2023, o Centenário do Dr. Francisco Salgado Zenha, ilustre bracarense, advogado e político. Para o efeito, muito gostaríamos que a Câmara Municipal de Braga se associasse à iniciativa. No âmbito das Comemorações, convidamos V^a. Exa. para, além de se associar institucionalmente às mesmas, contribuir com um apoio monetário para fazer face às despesas inerentes à organização de um evento desta envergadura, que inclui, nomeadamente:

-uma Exposição alusiva à vida e obra de Salgado Zenha

– “As páginas necessárias” – em que será elaborado um vídeo sobre o Senhor Dr. Francisco Salgado Zenha, incluindo a sua biblioteca e arquivo pessoal doados à Escola de Direito da Universidade do Minho

-uma Conferência “Os testemunhos necessários” que terá lugar no dia 2 de maio na Escola de Direito da Universidade do Minho.

-uma obra coletiva Comemorativa do centenário de Francisco Salgado Zenha e dos 30 anos da Escola de Direito da Universidade do Minho, cujos artigos devem ser enviados até ao dia 31 de julho de 2023.

Muitos agradecemos se pudessemos contar com a contribuição de €3000,00 por parte da Câmara Municipal. Esperando o melhor acolhimento do convite que lhe endereçamos, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.”

Cumpra perceber se o Município de Braga terá interesse em participar no evento e se poderá realizar a contribuição enunciada, no valor de €3.000 (três mil euros).

II. ENQUADRAMENTO JURÍDICO

1. Do interesse municipal na realização do evento comemorativo do Centenário do Dr. Francisco Salgado Zenha

Francisco de Almeida Salgado Zenha foi um advogado, escritor e político, natural de Braga, nasceu em 2 de maio de 1923 e faleceu em Lisboa em 1 de novembro de 1993.

Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Já nesta cidade universitária integrou o movimento associativo, tendo sido eleito Presidente da Associação Académica de Coimbra (1944/45) e assumido a direção do jornal Via Latina, órgão desta Associação.

Foi um opositor ao regime ditatorial de Oliveira Salazar. Participou ativamente na campanha do General Norton de Matos à Presidência da República. A sua participação ativa nesta campanha levou-o à prisão, onde viria a ser condenado por dois anos.

Até ao 25 de Abril de 1974, Salgado Zenha fez parte do grupo restrito de advogados que se destacou na defesa de presos políticos e participantes em atividades subversivas.

No pós 25 de Abril, converte-se numa das principais figuras do processo de democratização, sendo Ministro da Justiça nos I, II, III e IV governos provisórios e ministro das finanças no VI governo provisório.

Francisco Salgado Zenha é reconhecido, na sua vida profissional, como “um excelente advogado, defensor de causas públicas” e “um verdadeiro defensor dos direitos mais elementares dos cidadãos”.

Considerado um dos mais brilhantes políticos e estadistas da Democracia portuguesa, era um homem de convicções, princípios e fortaleza moral.

Pela ação e pelo pensamento marcou a vida portuguesa da segunda metade do século, sendo considerado “um dos expoentes máximos na defesa da liberdade”.

“A Democracia Portuguesa deve-lhe inspiração, dádiva pessoal de talento e coragem, deve-lhe clarividência e exemplo¹.”

A realização de um evento que tem como escopo recordar e homenagear uma figura que desempenhou um grande papel na defesa dos valores da democracia, da liberdade e da tolerância, enfatizando também esses valores na atualidade, **poderá, caso superiormente assim se entenda, ser considerado de Interesse Público Municipal.**

Note-se que no âmbito das Comemorações do Centenário estão incluídas as seguintes atividades:

- uma Exposição alusiva à vida e obra de Salgado Zenha;
- “As páginas necessárias” – em que será elaborado um vídeo sobre o Senhor Dr. Francisco Salgado Zenha, incluindo a sua biblioteca e arquivo pessoal doados à Escola de Direito da Universidade do Minho

¹ Inspirado no texto de homenagem ao Dr. Francisco Salgado Zenha, Braga, de 16 de Dezembro de 1998, da autoria de Sua Excelência Senhor Presidente da República Portuguesa Jorge Sampaio, disponível in <https://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/discursos-512.html>

- uma Conferência “Os testemunhos necessários” que terá lugar no dia 2 de maio na Escola de Direito da Universidade do Minho.
- uma obra coletiva Comemorativa do centenário de Francisco Salgado Zenha e dos 30 anos da Escola de Direito da Universidade do Minho, cujos artigos devem ser enviados até ao dia 31 de julho de 2023.

As atividades projetadas evidenciam:

- i. Interesse cultural;
- ii. Qualidade técnica e científica;
- iii. Constituir um contributo para a dinamização cultural do Município;
- iv. Valorização do património cultural imaterial – “memória”;
- v. Investigação – será produzida uma obra coletiva Comemorativa do centenário de Francisco Salgado Zenha, com recurso a artigos científicos;
- vi. Iniciativas destinadas a jovens estudantes, fomentando o interesse destes pela cultura e pelos valores enunciados.

Face ao supra exposto, deverá a Câmara Municipal, caso assim entenda, avaliar da existência de interesse - público e municipal - em participar nas Comemorações do Centenário Dr. Francisco Salgado Zenha, ilustre bracarense.

2. Da possibilidade de concessão de apoios financeiros por parte do Município para a realização de eventos

Cumpra perceber se o Município de Braga poderá realizar a contribuição enunciada, no valor de €3.000, com o objetivo de custear algumas das despesas supra identificadas, e em caso afirmativo, ao abrigo de que normas.

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais prevê:

“Artigo 23.º

Atribuições do município

1 - Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.

2 - Os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos seguintes domínios:

(...)

d) Educação, ensino e formação profissional;

e) Património, cultura e ciência;

(...)

Artigo 33.º

Competências materiais

1 - Compete à câmara municipal:

(...)

*o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou **à realização de eventos de interesse para o município**, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos;”*

A respeito da norma contida na alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º teremos de levar em consideração os seguintes pontos (inspirados na anotação aos Comentários à Lei nº 75/2013, da autoria de Eliana de Almeida Pinto, Alberto Álvaro Garcia, João Evangelista Fonseca, Rei dos Livros, 2018):

- No âmbito desta norma cabem os “subsídios propriamente ditos que constituem entregas de quantias pecuniárias a fundo perdido aos beneficiários”.
- “Subsídios são uma expressão genérica que abrange um conjunto diversificado de providências administrativas possuindo, no entanto, um denominador comum: o tratar-se de atribuições pecuniárias unilaterais a favor dos sujeitos económicos, sem que estes fiquem constituídos na obrigação de reembolso. É por esta razão que ao subsídio também se chama subvenção, participação ou prémio.”
- “Estas participações estão sujeitas ao princípio da reserva de lei e à sua inscrição orçamental, bem como ao princípio da igualdade, o que pressupõe a existência de regras de publicidade e de concorrência que permitam que todos os interessados na sua obtenção possam intervir no procedimento administrativo da sua concessão.
- Estes subsídios ou apoios não podem falsear as regras da livre concorrência entre operadores económicos.
- Estes apoios não podem exceder os custos das atividades que os beneficiários vão desenvolver ou terem um intuito lucrativo e as suas verbas têm de ter previsão orçamental.
- A atribuição destes apoios observará os princípios gerais da atividade administrativa e os princípios gerais da contratação pública.
- Quaisquer pagamentos que sejam realizados sem que exista uma deliberação camarária autorizada da despesa são suscetíveis de implicarem responsabilidade financeira sancionatória, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 65º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.
- Em matérias de publicidade pós-procedimental, a Lei n.º 64/2013, de 17 de agosto determina a obrigatoriedade de publicitação de todos os apoios financeiros atribuídos.
- A presente alínea afasta a possibilidade de concessão de apoios a pessoas singulares pelo que os beneficiários destas formas de apoio têm de ser pessoas coletivas.

- A expressão “eventos” refere-se a acontecimentos ou a um conjunto de atividades observáveis e desenvolvidas durante um período de tempo pelos beneficiários desses apoios sendo certo que, na fundamentação da decisão de apoio se expõe o interesse público local que é prosseguido.
- O interesse municipal carece de ser demonstrado e tem de ser fundamentado pela Câmara Municipal aquando da deliberação.
- “nesta matéria deverá a Câmara elaborar e aprovar um regulamento, no qual deverão ser fixados, entre outros aspetos, os critérios de atribuição deste apoio e respetivas comparticipações.”

O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras.

A atribuição de apoios visa promover o desenvolvimento de projetos ou atividades concretas em áreas de interesse municipal, de natureza social, cultural, recreativa, ambiental, juvenil, dos direitos humanos e de cidadania e desenvolvimento local.

Quanto aos apoios financeiros, estabelece o artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição.

As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de **reunir cumulativamente os seguintes requisitos:**

- a) *Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º*
- b) *Constituição legal, com os órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;*
- c) *Sede social no Município ou, não a possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades*
- d) *Situação regularizada relativamente a dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.*

Os artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.

O artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos, estabelecendo como regra a sujeição da apresentação do requerimento a um prazo.

Contudo, o nº 3 do artigo citado prevê que o prazo **pode “ser dispensado”** nos pedidos de apoio a projetos ou atividades, cuja ocorrência não seja expectável para efeitos de programação até à data estipulada no mesmo número, e

podem ser apresentados à Câmara Municipal a todo o tempo, desde que razões de interesse municipal expressamente fundamentadas o justifiquem.”

O nº 4 da mesma norma dispõe que **à “Câmara Municipal fica reservado o direito de, mediante proposta fundamentada, conceder apoios extraordinários, desde que razões de relevante interesse público o justifiquem.”** (negrito e sublinhado nossos).

A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área.

A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8.^º.

As regras do Regulamento Municipal estão pensadas para regular, em regra, candidaturas a apoios por parte de entidades e organismos de natureza iminentemente privada, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras.

A Universidade do Minho, s.m.o, será um hipotético beneficiário com uma natureza jurídica específica.

3. Da natureza jurídica do requerente

No presente caso, o pedido foi formulado pela Universidade do Minho – Escola de Direito.

*A Universidade do Minho, doravante designada abreviadamente por Universidade, é uma **fundação pública** com regime de direito privado, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar (nos termos do nº 1 do artigo 1º dos Estatutos da Universidade do Minho, publicados pelo Despacho Normativo n.º 15/2021).*

2

a) Identificação da entidade requerente;

b) Justificação do pedido, com indicação dos projetos ou plano de atividades, objetivos que se pretendem atingir, orçamento discriminado e respetivos cronogramas financeiros e de execução física, meios humanos e identificação das fontes de apoio financeiro, patrimonial e logístico;

c) Declaração fundamentada do interesse municipal da atividade a desenvolver;

d) Experiência similar em projetos idênticos;

e) Identificação dos auxílios atribuídos à entidade em causa, no âmbito do objeto do pedido e data de atribuição;

f) Declaração sob compromisso de honra quanto à não condenação nos Tribunais por factos relativos à prossecução dos seus objetivos;

g) Declaração sob compromisso de honra de que o apoio solicitado se destina, exclusivamente, aos projetos ou atividades objeto do pedido de apoio.

2. A Câmara Municipal pode solicitar às entidades requerentes documentos e esclarecimentos adicionais quando considerados essenciais para a devida instrução do processo.

A Universidade tem como missão gerar, difundir e aplicar conhecimento, assente na liberdade de pensamento e na pluralidade dos exercícios críticos, promovendo a educação superior e contribuindo para a construção de um modelo de sociedade baseado em princípios humanistas, que tenha o saber, a criatividade e a inovação como fatores de crescimento, desenvolvimento sustentável, bem-estar e solidariedade (artigo 2º n.º 1 dos Estatutos)

A Universidade tem a sua sede na cidade de Braga, dispõe de polos nas cidades de Braga e Guimarães, e pode, se necessário para a realização dos seus fins, estabelecer -se em outras localidades, nos termos da lei (artigo 12º dos Estatutos).

Nos termos do artigo 79º dos aludidos Estatutos, “existem na Universidade as seguintes Unidades de Ensino e Investigação:

(...)

g) Escola de Direito;

(...)”

As unidades orgânicas de ensino e investigação dispõem de autonomia administrativa, com o âmbito e extensão definidos nos presentes Estatutos, não sendo embora dotadas de autonomia financeira (artigo 80º).

4. Do concreto procedimento

Cumpra avaliar em concreto em que termos poderá ser realizado este apoio financeiro, no valor de € 3.000,00 (três mil euros).

No âmbito das normas previstas no Código Regulamentar supra enunciadas, aferimos que as entidades candidatas deverão reunir cumulativamente os seguintes requisitos (artigo F-1/5.º):

a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM);

b) Constituição legal, com os órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;

c) Sede social no Município ou, não a possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades

d) Situação regularizada relativamente a dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.

No que respeita às **alíneas b) - Constituição legal, com os órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções - e c) - Sede social no Município ou, não a possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades** – será desnecessária a apresentação de qualquer comprovativo, na medida em que a Universidade está legalmente constituída, os seus órgãos estão eleitos, e em efetividade de funções, estando os seus Estatutos publicados no Diário da República. Encontra-se sedeada na cidade de Braga, desenvolvendo aí parte da sua atividade.

Relativamente à *Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM)*, deverá o Município confirmar se a Universidade do Minho já se encontra inscrita neste cadastro de entidades.

Em caso negativo, deverá a Universidade proceder à sua inscrição em formulário próprio, nos termos do n.º 1 artigo F-1/6.º.³

Salienta-se que face à natureza pública da Universidade do Minho, esta ficará dispensada da apresentação de fotocópias dos documentos de constituição e dos relatórios de atividade e contas anuais do ano que antecede o pedido e ata de aprovação, nos termos do n.º 2 do artigo F-1/6.º.

No que respeita à apresentação do pedido, somos do entendimento que face às razões de interesse municipal expressamente fundamentadas supra, poderá ser afastado o prazo previsto no n.º 1 do artigo F-1/7.º e proceder-se à aplicação do n.º 2 do mesmo preceito.

Deverá inclusive ser equacionada a concessão de natureza extraordinário ao apoio enunciado (à luz do n.º 4 da mesma norma).

A Universidade do Minho deverá ainda comprovar que possui a “situação regularizada relativamente a dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município”.

Sem prejuízo da verificação oficiosa no que respeita à situação tributária junto do Município, a Universidade terá de juntar comprovativos respeitantes à situação regularizada relativamente a dívidas ao Estado e Segurança Social.

Relativamente à **instrução**, o artigo F-1/8.º estabelece os elementos que devem ser juntos pela entidade requerente, sendo que *in casu*, alguns deles já são conhecidos, devendo os demais ser juntos pela Universidade do Minho.

Nesse sentido, deverá a Universidade do Minho, através da Escola de Direito, ser convidada a complementar o pedido com os elementos instrutórios previstos no artigo F-1/8.º que ainda se encontrem em falta.⁴

³ Formulário disponível aqui:

<https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/apoio-ao-cidadao/requerimentos/item/item-1-1905?q=recam>

⁴ Formulários disponíveis nas hiperligações infra:

<https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/apoio-ao-cidadao/requerimentos/item/item-1-1904/download>

<https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/apoio-ao-cidadao/requerimentos/item/item-1-13506/download>

Concluindo:

1. Os serviços deverão convidar a Universidade do Minho, através da Escola de Direito, a complementar o pedido com os elementos instrutórios previstos no artigo F-1/8.º que ainda se encontrem em falta.
2. Deverá a Universidade proceder à sua inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM), através formulário próprio, nos termos do n.º 1 artigo F-1/6º, caso ainda não se encontre inscrita.
3. A Universidade terá ainda de juntar comprovativos respeitantes à situação regularizada relativamente a dívidas ao Estado e Segurança Social.
4. Após a receção dos elementos instrutórios previstos nas normas supracitadas, deverá o pedido de apoio ser apreciado e valorado de acordo com os critérios consagrados no Código Regulamentar.
5. A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida da informação da área competente relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos mencionados naquele Diploma (artigo F-1/8.º a artigo F-1/12.º).
6. Salienta-se ainda que a atribuição de qualquer apoio observará os princípios gerais da atividade administrativa, designadamente da legalidade, da boa administração e da prossecução do interesse público.
7. Em matéria de publicidade pós-procedimental, a Lei n.º 64/2013, de 17 de agosto determina a obrigatoriedade de publicitação de todos os apoios financeiros atribuídos.
8. Em termos financeiros, cumpre não olvidar que:
 - A verba a atribuir terá de ser cabimentada e processada em termos formais.
 - A final deverá a beneficiária Universidade remeter um comprovativo da utilização da verba para o fim determinado.
 - *“A autonomia financeira dos entes locais compreende os poderes de ordenar e de processar as despesas legalmente autorizadas”* (assim, Joaquim Freitas Rocha, Direito Financeiro Local, Coimbra Editora, 2014, p.154), respeitando o princípio da tipicidade das despesas, os princípios da boa gestão, o princípio da proibição de consignação de despesas, publicidade, transparência e as demais regras e princípios orçamentais, a que se refere o artigo 3º n.º 2 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, como sejam os que decorrem da exigência de cabimentação, compromissos e processamentos formais adequados.

A decisão de atribuição dos apoios na área da cultura é da competência da Câmara Municipal de Braga sob proposta do Exmo. Senhor Presidente, pelo que **caso se entenda, após a instrução, que estão reunidos os requisitos regulamentares**, deverá ser elaborada uma **proposta para submissão à reunião do Executivo Municipal**.

À superior consideração,